

Queda-de-braço entre governo e oposição adia o exame de 58 destaques ao relatório setorial sobre a agricultura e desenvolvimento agrário



No Plenário do Senado, onde se reuniu a Comissão de Orçamento, governo e oposição discutem a proposta para o próximo ano. Mestrinho (entre Carlito Merss, Augusto Botelho, João Ribeiro e Flexa Ribeiro) preside a reunião

## Começa a votação dos relatórios setoriais

### A polêmica: o Bolsa-Família fica na saúde ou sai?

A discussão do relatório da área de saúde no Orçamento de 2006 começa com uma polêmica: o sub-relator Cláudio Cajado quer o Bolsa-Família fora do Ministério da Saúde. **Página 2**

No início de um dia de muito debate no Plenário do Senado, a Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o texto básico do relatório setorial de Agricultura e Desenvolvimento Agrário apresentado ao projeto orçamentário para o próximo ano. Mas uma queda-de-braço entre oposição e governo adiou para hoje, às 10h, a análise dos 58 destaques



propostos. O autor do relatório, senador Romero Jucá, acusou a oposição de realizar manobras com o objetivo de postergar os trabalhos da

comissão. O relator-geral do Orçamento, deputado Carlito Merss, afirmou que essa é a primeira vez na história recente da Comissão Mista de Orçamento que a obstrução é feita na fase do exame dos relatórios setoriais. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, avisou que cabe ao governo mobilizar os partidos de sua base de apoio para garantir quórum na comissão. **Página 3**

### Erradicação do trabalho infantil perde dinheiro

Outra polêmica que cerca a análise do Orçamento é a transferência de R\$ 900 milhões do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil para o Programa Bolsa-Família. **Página 2**

### Vigilante que sacou R\$ 1 milhão nega ser laranja

A CPI dos Correios ouviu o vigilante Francisco Carioca, que sacou mais de R\$ 1 milhão de contas da Skymaster. O sub-relator de Contratos, deputado José Eduardo Cardozo, vê nos saques indícios de pagamento de propina. A CPI ouviu também Antônio Braquehais, chefe do Departamento de Negócios e Operações na Internet dos Correios. Ele negou irregularidades apontadas pelo TCU em contrato de R\$ 19,8 milhões com a Brasil Telecom. **Página 4**



José Eduardo Cardozo (E) recebe Antônio Braquehais, enquanto Asdrubal Bentes preside a CPI dos Correios

### Ex-diretor da Caixa diz que não ajudou GTech

O ex-diretor comercial da Caixa Econômica Federal (CEF) José Lindoso Albuquerque Filho negou ontem, em depoimento à Polícia Federal, ter beneficiado a empresa Racimec em processo licitatório para o gerenciamento de jogos lotéricos. Em 1997, ano da assinatura do contrato entre a CEF e a Racimec, esta foi incorporada pela multinacional GTech. O depoimento foi acompanhado por Leonardo Rolim, assessor da CPI dos Bingos. **Página 4**

Dotação orçamentária para 2006 destinada ao programa assistencial do governo foi o centro das discussões de ontem na Comissão Mista de Orçamento



Fotos: José Cruz

Cláudio Cajado (segundo à esquerda, em pé) acha que o programa deve trocar de ministério: Desenvolvimento Social em vez de Saúde

## Para relator, artifício do governo evita aumento na verba da saúde

O relator setorial da área de saúde do Orçamento 2006, deputado Cláudio Cajado (PFL-BA), recomendou ao relator-geral que os recursos do Bolsa-Família sejam integralmente transferidos do Ministério da Saúde para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O relator afirmou que a dotação da saúde já ultrapassa em cerca de R\$ 695 milhões o valor previsto para 2006 (R\$ 43,6 bilhões) e tende a aumentar com o atendimento das emendas coletivas.

Além de a transferência contribuir para a correção do déficit de outros segmentos da área de saúde, Cajado apontou a possibilidade de forte contingenciamento dos recursos para o Ministério da Saúde em 2006, “sobretudo das dotações inseridas por emendas, caso se aprove o orçamento pro-

posto, sem o ajuste sugerido”.

Ele assinalou que o Bolsa-Família é um programa de caráter assistencial, responsável pela transferência de renda às famílias em situação de extrema pobreza.

– A renda advinda do Bolsa-Família pode até ser considerada, nos termos da Lei Orgânica da Saúde, “fator determinante e condicionante de saúde”, mas jamais política de saúde pública.

O fato de constituir um programa de transferência de renda com ações vinculadas à saúde, muitas vezes evocado para justificar a inclusão desses gastos no orçamento do Ministério da Saúde, não altera a essência assistencial do Bolsa-Família.

– Ora, se transferência de renda não é ação de saúde, como explicar então o interesse em se manter tal ação no Ministério da Saúde,

com aporte cada vez maior de recursos? – indagou Cajado.

Para o deputado, a resposta está na determinação constitucional de se aplicar recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde. Ele assinalou que, pelas regras em vigor, os gastos federais com a saúde devem crescer anualmente de acordo com a evolução da variação nominal do PIB.

– Essa garantia de recursos crescentes para o setor, ao que tudo indica, não é algo que agrade à equipe econômica, conforme se depreende das diversas manobras com o intuito de flexibilizar a regra vigente – observou.

Cajado apontou ainda distorções na proposta orçamentária de 2006, entre elas a dotação insuficiente para procedimentos de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial (MAC).

## Retirado da discussão relatório de Trabalho, Previdência e Assistência

O senador João Ribeiro (PL-TO) decidiu retirar o relatório setorial de Trabalho, Previdência e Assistência Social das discussões sobre o Orçamento de 2006, em razão das críticas recebidas na reunião de ontem da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Uma das reclamações se referia à transferência de recursos – cerca de R\$ 900 milhões, segundo Ribeiro – do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil para o Programa Bolsa-Família.

O senador afirmou que pretende “discutir melhor” a matéria com o relator-geral do Orçamento, o deputado Carlito Merss (PT-SC), para possivelmente alterar o texto e levá-lo à votação “já na próxima reunião da CMO”.

– Sou o responsável por esse relatório, mas não pude mexer nos recursos envolvidos, já que não houve emendas às quais eu pudesse atender. Por isso, decidi retirá-lo da discussão – explicou João Ribeiro.

### Bolsa-Família

O senador reconheceu que o Programa Bolsa-Família recebeu parte dos recursos que se destinavam, originalmente, ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, objeto de protestos da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Essa transferência seria, segundo o parlamentar, de R\$ 900 milhões.

O Bolsa-Família também foi alvo de críticas do deputado Cláudio Cajado (PFL-BA), responsável pelo relatório setorial de Saúde, para quem o governo

federal “está tentando desviar recursos da área da saúde para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, visando utilizar essa verba com o Bolsa-Família”. Ele afirmou que, neste ano, “o desvio chegou a R\$ 2,3 bilhões”.

Em resposta às críticas de Cajado, João Ribeiro disse que poderá alterar seu relatório, para que os recursos destinados ao Bolsa-Família não tenham origem na rubrica do Ministério da Saúde, e sim na do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, resolvendo o problema de “desvio de recursos”.

### Salário mínimo

Outro ponto polêmico do relatório é o aumento do salário mínimo. O senador João Ribeiro destacou que há uma emenda – apresentada na Câmara – que prevê acréscimo de recursos de R\$ 3,4 bilhões para elevar o mínimo a R\$ 340 (atualmente, seu valor é de R\$ 300). Além disso, ele afirmou que o relator-geral do Orçamento, deputado Carlito Merss, “está fazendo um esforço adicional para elevar o mínimo a R\$ 350”.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) e a deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) destacaram a ausência da maioria dos representantes governistas na reunião. Já o senador Fernando Bezerra (PTB-RN), líder do governo no Congresso, afirmou que, “infelizmente, será muito difícil aprovar o Orçamento antes de março”.



João Ribeiro

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

*Site:* www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

*Tel.:* 0800 61-2211 - *Fax:* (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Relatório é o primeiro dos dez pareceres setoriais sobre o projeto de lei orçamentária para 2006 que deverão ser examinados pela comissão mista

## Comissão aprova o texto base do relatório setorial da agricultura

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou na manhã de ontem o texto base do relatório setorial da Agricultura e Desenvolvimento Agrário apresentado à proposta do Orçamento para 2006. O parecer, que já havia sido votado pelos deputados na terça-feira, foi também acolhido pelo senadores. A apreciação dos 58 destaques (DVS) apresentados ao relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) foi transferida para hoje, a partir das 10h.

Com os destaques, que permitem votar em separado emendas à matéria principal, os parlamentares tentam ampliar recursos para investimentos nos estados em 2006. Houve acirrado debate em torno da questão, porque os líderes governistas sugeriram que as modificações fossem apreciadas somente na fase de exame do relatório geral do Orçamento, enquanto outros parlamentares – sobretudo de oposição – cobravam a imediata votação dos destaques.

Entendimento proposto pelo presidente da CMO, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), acomodou a disputa. O plenário da CMO acolheu sua sugestão para que fosse feita a leitura do segundo relatório setorial, da área de Trabalho, Previdência e Assistência Social, para a retomada da votação dos destaques de Agricultura à tarde. Mas a decisão final sobre o relatório terminou sendo adiada para hoje.

O relator Romero Jucá concedeu a cada emenda de bancada



Jucá: "Não tiro verbas da febre aftosa e da Embrapa para dar a emendas parlamentares"

estadual valores entre R\$ 3,1 milhões e R\$ 4,1 milhões. Ele ressaltou que não contava com recursos adicionais para atender a todas as modificações sugeridas. Sinalizou, contudo, que os valores poderão ser reforçados, após negociações com o relator-geral do Orçamento, deputado Carlito Merss (PT-SC).

– Não vou tirar dinheiro da febre aftosa e da Embrapa para dar mais recursos às emendas – argumentou Jucá.

### Políticas públicas

Vários parlamentares, sobretudo deputados, criticaram o relator pela decisão de alocar volume maior de recursos às emendas das comissões temáticas. Jucá explicou que as verbas propostas pelas comissões vão formar um único bloco, sem distinção da Casa legislativa que originou as emendas. Argumentou também que essas emendas atendem ao interesse das políticas públicas.

Responsável pelo pedido de verificação de quórum que causou

a interrupção dos trabalhos na terça-feira, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) chegou a ensaiar manobra para nova obstrução. Ele queixava-se de que, às vésperas do fechamento dos empenhos de verbas do Orçamento deste ano, o governo ainda não havia decidido sobre recursos importantes para seu estado. Seriam mais de R\$ 150 milhões, inclusive verba de R\$ 8 milhões, para a aquisição de uma patrulha antiincêndio.

O relator-geral do projeto de Orçamento, deputado Carlito Merss, reconheceu a legitimidade da obstrução, mas lamentou o prejuízo que a medida traria ao ritmo dos trabalhos.

Segundo Carlito Merss, o governo deve tentar avançar, hoje, com a leitura do relatório sobre Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, terceiro de uma fila de dez pareceres setoriais. Mas o líder do PSDB do Senado, Arthur Virgílio (AM), já advertiu que não há entendimento com a oposição para que isso aconteça.

## Oposição diz que cabe ao governo garantir quórum na CMO

A queda-de-braço entre oposição e governo na Comissão Mista de Orçamento adiou a votação final do relatório setorial da Agricultura e Desenvolvimento Agrário para a manhã de hoje, a partir das 10h.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), informou que a oposição aceita votar apenas o parecer do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre os destaques apresentados ao relatório dessa área temática, o primeiro dos dez que precisam ser examinados.

Jucá disse que está havendo uma clara manobra da oposição para postergar os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento

e promover um desgaste do governo, evitando a conclusão dos relatórios setoriais nessa primeira fase da convocação extraordinária.

O relator-geral do projeto de Lei de Orçamento, deputado Carlito Merss (PT-SC), afirmou que essa é a primeira vez na história recente da CMO que a obstrução é feita por meio do retardamento dos trabalhos já na fase setorial.

Do lado da oposição, Arthur Virgílio avisou que cabe ao governo mobilizar os partidos da sua base para garantir quórum na comissão. A orientação aos representantes do PSDB, segundo o parlamentar amazonense, é o comparecimento em todas as

reuniões convocadas para discutir o projeto de lei orçamentária para 2006 e a "análise exaustiva" de todos os aspectos dos relatórios setoriais.

Foi com base nessa orientação que a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou a transferência de cerca de R\$ 900 milhões do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) para o Bolsa-Família.

Essa polêmica provocou a decisão do senador João Ribeiro (PL-TO) de retirar o seu relatório setorial relativo à área de Trabalho, Previdência e Assistência Social e reapresentá-lo depois de entendimento com o relator-geral do Orçamento.

## Menos recursos para Educação, Cultura, Esporte e Tecnologia

Os recursos previstos pelo Executivo no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2006 para a área temática VI, que abrange os ministérios da Educação, Ciência e Tecnologia, da Cultura e do Esporte, são 4,3% menores do que em 2005. O deputado Wasny de Roure (PT-DF), autor desse relatório setorial, admite que o aporte total de R\$ 27,1 bilhões é inferior ao previsto para esses ministérios no ano passado.

O Ministério da Educação é contemplado com R\$ 21,2 bilhões para suas unidades orçamentárias, como escolas técnicas e agrotécnicas federais, centros federais de educação tecnológica e instituições federais de ensino superior. Wasny destacou que, comparando-se com o montante autorizado para 2005, há redução de 3%. Informou porém que, se a comparação for feita com o PLOA de 2005, o de 2006 acrescenta 2,9% para a educação.

O relator disse que os recursos para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior foram reduzidos para R\$ 768 milhões, contra R\$ 1 bilhão em 2005. Já o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

(Fundef) terá menos R\$ 288 milhões em 2006. Tiveram recursos reduzidos o ensino profissionalizante, o ensino médio e a educação infantil. Já a educação de jovens e adultos e a educação especial apresentam valores maiores que os projetados para 2005. O relatório prevê a renúncia fiscal gerada pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), no valor de R\$ 266 milhões, para a concessão de 100 mil bolsas de estudos.

### Cultura

O Ministério da Cultura aparece com R\$ 586 milhões previstos para 2006, sendo que 51% dos investimentos são para o programa Monumenta, que tem o objetivo de recuperar o patrimônio histórico urbano brasileiro. São previstos R\$ 4,8 bilhões para o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) em 2006; o Programa Nacional de Atividades Nucleares tem 15,6% do total. Dos R\$ 387 milhões previstos para o Ministério do Esporte, R\$ 268 milhões vão para o programa Rumo ao Pan-2007, que será no Rio de Janeiro.

Wasny acolheu 1.663 emendas individuais, totalizando R\$ 479,1 milhões, e 99 coletivas, com valores em R\$ 520,6 milhões.

## Relator acolhe emendas de R\$ 1,35 bi para Desenvolvimento Urbano

O deputado Nelson Meurer (PP-PR), relator setorial de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, acolheu emendas de R\$ 1,35 bilhão para investimentos no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e no Ministério das Cidades. O projeto original do Executivo já contemplava para essas áreas R\$ 7,29 bilhões. No entanto, ao deduzir desse montante despesas como pessoal, juros, amortização da dívida e outras reservas, de acordo com o relator, restariam R\$ 924,4 milhões, como "orçamento real" para os ministérios.

Meurer acolheu todas as 1.207 emendas individuais dos parlamentares, no valor de R\$ 580,4 milhões, integralmente cobertos com recursos oriundos da reserva de contingência colocados à disposição pelo relator-geral, deputado Carlito Merss (PT-SC). As emendas in-

dividuais contemplam ações de apoio à infra-estrutura urbana (pavimentação, adequação de vias e drenagem), habitação popular (construção de moradias e melhorias habitacionais) e desenvolvimento urbano.

Para atender parcialmente a todas as emendas coletivas, o relatório prevê a alocação de R\$ 770 milhões. Os critérios adotados para o recebimento de emendas coletivas foram população, renda *per capita* e o número de emendas na área de investimento.

O relatório garante limite mínimo e máximo de recursos para cada unidade da Federação. Assim, resalta Meurer, algumas obras foram priorizadas, como o transporte ferroviário urbano de passageiros nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco, que, a seu ver, necessitam de ações imediatas.

Segurança de agência de câmbio admite ter recebido dinheiro da Skymaster. Serraglio tem novos suspeitos de corrupção

## Chefe da ECT diz que contrato com Brasil Telecom foi normal

O chefe do Departamento de Negócios e Operações na Internet da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), Antônio de Paula Braquehais, contestou os indícios de irregularidades apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no contrato com a empresa Brasil Telecom para a prestação de serviços de endereço eletrônico, no valor de R\$ 19,8 milhões, com aditivo de R\$ 1,05 milhão. Ele prestou depoimento ontem à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios.

O TCU entendeu que houve restrição à concorrência e levantou suspeita de superfaturamento. Revelou também que uma multa de R\$ 18 mil não foi cobrada pelos Correios e só foi paga depois da auditoria e que outras duas multas, de R\$ 22 mil e R\$ 27 mil, tiveram o valor total reduzido para R\$ 15 mil.

Maurício da Silva Marinho, filho do ex-chefe do Departamento de Contratação Maurício Marinho, cujo flagrante de recebimento de suposta propina desencadeou a onda de denúncias de corrupção, era o coordenador do serviço de endereço eletrônico dos Correios e responsável pela multa não cobrada.

O sub-relator de Contratos, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), explicou que a CPI dispõe de cópia de um depoimento que dá conta de que haveria um esquema na empresa de “redução de multas mediante pagamento de propinas”.

Braquehais negou também que tenha havido interferência política tanto em sua indicação quanto na do filho de Marinho. Explicou que o escolheu para a função por ser empregado concursado. O dirigente da ECT disse ainda que a licitação vencida pela Brasil Telecom não foi fraudulenta, tendo sido disputada por outros quatro concorrentes.



Carioca (D) diz que foi 27 vezes a uma agência do Bradesco em Manaus fazer as retiradas

## Vigilante admite saques de R\$ 1 mi da conta da Skymaster

O segurança da empresa Cortez Câmbio e Turismo, Francisco Marques Carioca, admitiu ter sacado R\$ 1,036 milhão das contas da Skymaster, em Manaus, entre fevereiro de 2000 e julho de 2001, ainda durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a pedido do suposto advogado da empresa, Marcos Pinto. Apesar de pressionado pelos parlamentares, Carioca afirmou “não se lembrar” dos locais em que deixava Marcos Pinto com os valores sacados. Para o sub-relator da CPI dos Correios, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), o depoimento reforça a hipótese de que os saques realizados pelo segurança destinavam-se a pagamento de propina.

– Há saques próximos da data em que a Skymaster fechou um contrato suspeito com os Correios, com dispensa de licitação, em junho de 2001 – revelou Cardozo.

Carioca sacou o dinheiro nas 27 vezes em que foi à agência do Bradesco no centro de Manaus. Disse não conhecer dirigentes da Skymaster e nem saber se a Cortez remetia dinheiro para

o exterior. O maior saque feito pelo segurança foi no dia 28 de junho de 2001 (R\$ 165 mil), dois dias depois do contrato firmado entre a Skymaster e os Correios. A Skymaster e a Beta, empresas de transporte aéreo que operam o Correio Aéreo Noturno, são acusadas de causar prejuízo de R\$ 64 milhões à estatal.

O segurança da empresa de câmbio também detalhou como era feita a operação: contactado por Marcos Pinto no Clube Municipal, onde fazia “bico”, eles se encontravam na agência, quando o advogado repassava o cheque. O dinheiro era entregue no carro de Marcos Pinto, um Marea azul, que era seguido por Carioca até um determinado ponto, do qual disse não se lembrar. Para isso, recebia R\$ 50 a cada vez.

Apesar de todos os apelos e até ameaças de prisão preventiva feitos pelos parlamentares para que se lembrasse de detalhes, o depoente não fez mais revelações. Para confrontar as respostas, a CPI aprovou requerimento para ouvir Marcos Pinto na próxima terça-feira, a partir das 9h.

## Relator acredita em número maior de envolvidos

A CPI dos Correios está analisando uma lista com cerca de 400 nomes de funcionários comissionados da Câmara dos Deputados que podem fazer parte do esquema do valerioduto. O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), acredita que, com as investigações, será possível constatar a existência de um número ainda maior de envolvidos. A lista inclui nomes de assessores de parlamentares que podem ter atuado como intermediários dos repasses irregulares de dinheiro e, segundo o relator, podem ajudar a confirmar novos nomes de deputados que teriam sido beneficiados com o esquema.

– A expectativa é essa, pois existem ainda muitos recursos que não tivemos oportunidade de identificar. Existem saques e, já que falamos que pelo menos 40 ou 50 parlamentares estariam envolvidos, é possível que algum assessor tenha participado de saques ou remessas e que possamos comprovar – disse.

O relator confirmou que, ao fazer o cruzamento das informações, descobriu-se, por exemplo, que Stael Fernanda Rodrigues Janene, mulher do líder do PP na Câmara, deputado José Janene (PR), e outra funcionária do gabinete do parlamentar trabalhavam como servidoras comissionadas da Casa na época em que seus nomes apareceram na movimentação financeira do empresário mineiro Marcos Valério. Serraglio não quis informar quais outros nomes já foram confirmados nem os valores envolvidos.

A lista analisada pela comissão de inquérito foi fornecida pelo Tribunal de Contas da União. Os dados estão sendo cruzados com informações sobre a movimentação bancária de Marcos Valério por meio do I2 – programa da polícia britânica que foi comprado pela CPI.



Lindoso depôs durante quase três horas na sede da Polícia Federal em Brasília

## Ex-diretor da Caixa nega ter direcionado licitação da Racimec

O ex-diretor Comercial da Caixa Econômica Federal José Lindoso Albuquerque Filho negou ontem ter direcionado o processo licitatório da estatal quando da contratação da empresa brasileira Racimec para gerenciamento de jogos lotéricos. A licitação, iniciada em 1994, culminou com a assinatura do contrato entre a empresa e a Caixa em janeiro de 1997. No mesmo ano, a Racimec foi comprada pela multinacional GTech, que assumiu a continuidade do contrato. Lindoso depôs durante quase três horas na sede da Polícia Federal em Brasília. O depoimento foi acompanhado por Leonardo Rolim, assessor da CPI dos Bingos.

– Eu já estava fora da diretoria quando foi feita a contratação – afirmou Lindoso à imprensa após o depoimento.

O depoente responde a uma ação civil pública por improbidade administrativa. De acordo com Rolim, além de acusar Lindoso de ter direcionado a licitação da estatal em favor da GTech, o Ministério Público também investiga o contrato entre a empresa Telecom Net (da qual Lindoso já foi sócio) e a Caixa. A Telecom Net representava a operadora de telefonia Claro no contrato com a estatal.

– Isso é um mal-entendido estúpido. A Caixa é que foi contratada pela Telecom. Eu entrei na empresa depois de aposentado – declarou Lindoso.



Renan Calheiros fundamenta seu pedido no artigo 223 da Constituição federal

## Renan quer Legislativo contemplado no sistema brasileiro de TV digital

O presidente do Senado, Renan Calheiros, enviou carta ontem ao ministro das Comunicações, Hélio Costa, manifestando a expectativa de a TV Senado e demais emissoras legislativas serem contempladas pelo Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Na carta, Renan fundamenta o

pedido no princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal para serviços de radiodifusão, inscrito no artigo 223 da Constituição.

Até fevereiro de 2006, o governo deverá definir as regras do sistema de TV digital. A decisão será baseada no relatório do Co-

mitê de Desenvolvimento, que desenvolveu pesquisas para definir o modelo mais adequado ao país. Participaram das pesquisas 1,5 mil cientistas em 22 consórcios de universidades e empresas.

“Esperamos que o trabalho do Comitê de Desenvolvimento contemple a possibilidade de as

emissoras legislativas expandirem seu alcance pelo território nacional, bem como autorize o adequado aproveitamento dos incrementos tecnológicos, que permitirão aumentar a capacidade de interatividade com os telespectadores”, afirma Renan Calheiros em sua carta.